

TAXA PAGA



Blumenau

em cadernos

TOMO XII ★ OUTUBRO DE 1971 ★ Nº. 10

CANTO DOS COOPERADORES

Esta publicação pode sobreviver graças
à generosa contribuição dos seguintes
cooperadores

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

Tabacos Blumenau S/A.

Indústrias Têxteis Companhia Hering S/A.

Artex S/A.

Dr. Henrique Hacker - Blumenau

José Sanches Júnior - São Paulo

Prefeitura Municipal de Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz

Emprêsa Industrial Garcia S/A.

Arthur Fouquet - Blumenau

Banco Brasileiro de Descontos S/A.

Tecelagem Kühnrich S/A.

Electro Aço Altona S/A.

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Fundação Teófilo Zadrozny

Felix Hauer - Curitiba

Blumenau

em Cadernos

TOMO XII

Outubro 1971

Nº. 10

UM CARIOCA NO VALE DO ITAJAI

(IMPRESSÕES)

EMBAR

O Itajaí é uma região nem melhor nem pior que qualquer outra do Brasil. Valha o truismo: é algo diferente. É caleidoscópica. Não existem aqui as áridas modôrras que levam o homem, da monotonia ao desespero, quer diante do solo comburido e cactuado inspirador do desânimo e inação, quer ante a floresta inívia, medonha, terrível em sua beleza agressiva, sugerindo a fuga e o terror, ou a minimizar esse mesmo homem pela identificação de sua pequenez contraposto ao gigantismo do cosmo.

O que justamente distingue e caracteriza o Vale é a absoluta ausência de monotonia, é a falta de denominador comum para todas as coisas, é essa pletora de Variedades, de colorido, de com-

portamentos, de comunicação, de vida. E essa variação é fonte de grandes oportunidades que, logo à primeira vista, atingem o espectador. O Vale oferece a qualquer indivíduo, donde quer que venha, portador que seja dos mais diversos timbres sociais ou anímicos, fácil adaptação, porque no Vale há sempre algo de sua terra, algo de sua família, algo de suas origens, «algo» êsse que funciona como primeiro contacto para a definitiva assimilação.

Essa diversificação de tonalidades gera também os mais in-críveis paradoxos: ora é uma estrada de asfalto a conduzir riquezas, ao lado de uma via férrea sem uso, ou de uma imensa caudal líquida, serena, sonolenta a despejar no Atlântico o vazio de

suas águas; ora lado a lado, num diálogo quase impossível em outras terras, o monossilabismo germânico e a eloquência gesticulante, fluente, desregrada do italiano; juntas estão as construções mais tradicionais da velha Alemanha, de um gótico discutível, para não dizer inautêntico, a esconder o homem na penumbra dos tetos acutângulos, e o rococó ou o colonial acachapado a quebrar a monotonia dos tetos ponteagudos com as horizontalidades abertas à luz e ao sol; pela mesma calçada, passeiam os cabelos louros e olhos azuis, criaturas em tecnicolor, ao lado do «moreno», do mestiço, ou do pálido caboclo, ou, quando não, do mestiço de coloridos bizarros nos cabelos, olhos, como nórdicos em negativo.

No linguajar, não existe aqui a monotonia da linha reta, mas a poesia do curvilíneo. É essa figura que melhor nos traz o falar cantante, sinuoso da frase melódica. Não é raro encontrarem-se pessoas usando as mesmas palavras, mas deixando logo entrever duas naturezas ou duas origens diferentes, dois espíritos distintos, uma «proferindo cláusulas ditrocaicas cataléticas isto é, elementos rítmicos bipartidos com a supressão da última sílaba, e outras dando à mesma cláusula um ritmo de dátilo-troqueu, tripartido e bipartido,» quando então a voz assume um como ímpeto, quase um tremor, em relação à primeira. Aquéle será um italiano ou dêste descendente; o outro, um germânico, principalmente se se trata de um daqueles praticantes do bilingüismo tão respeitavelmente alimentado no recesso dos lares.

Por sôbre todos êsses ma-

tizes alienígenas, surge o açorianho a usar a língua com propriedade sonora, falando decassílabos, dominando-lhes todos os tipos, criando, com o jôgo de pausas, novas variedades, numa verdadeira orquestra de acordes à meia-luz, como a língua portuguesa - só ela pode proporcionar-lhe. Mas não faltará, nesta policromia, o caboclo autêntico com suas suaves redondilhas, tôdas cheirando a modinha, em frases redondas, femininas, ornadas de um boleio todo especial e inconfundível.

Não existe, assim, nem na comunicação, um ritmo frasal uniforme e monórrimo. Em cada esquina, em cada rua, em cada lar, há uma paisagem insólita, há um estado de espírito desuniforme, há um rosto diferente, há um colorido estranho que se reflete na própria manifestação dos comportamentos.

Mas essa diversificação de caracteres - perplexos, dinâmicos, pacatos, agressivos e quejandos - não impede, não limita o bom convívio das mais contrastantes origens sociais e étnicas. Ao lado dos espíritos altamente tradicionais e conservadores, move-se a camada anti-preconceitual, que adentra templos e colégios, lares e conventos, que frequenta as ruas ou se agita nos clubes e até na administração.

Tudo no Vale é, assim, a negação da monotonia, onde paralelas aos campos plácidos e bucólicos - os mais anti-século XX - correm vias tumultuadas e frenéticas, até com «rush» e engarrafamento e de trânsito.

É mal pago o professor? Isso não o impede de procurar aprimorar-se invadindo universidades

em busca de luzes mais amplas, ao contrário do comum em outros centros, onde a validade das carreiras ou a sua valorização, através de especializações, se coloca sempre em função da gratificação do mercado de trabalho.

Com o esforço de muitos e a abnegação de todos, sente-se que até no modo de crescer para acompanhar a largada brasileira, o Vale é diferente. Cresce a seu modo, sem a espera cansativa imposta pelo crescimento vegetativo. Ultrapassa essa contingência, começando sempre por onde muitas regiões terminam. Funda-se uma universidade, mas esta não se ergue humilde como sói acontecer na maioria dos grandes centros nacionais. Aqui começou com um palácio, onde o requinte da montagem se emparelha à técnica e à organização.

Tudo no Vale é assim: diferente e contrastante, para não dizer surpreendente, onde o mestiço, ainda com a coloração epidérmica denunciadora de suas afiras origens, se despede do interlocutor dizendo: - «Ciao» vou agora «fristicar», aliás só vou co-

mer um pão «ximiado» (a grafia é por nossa conta), da mesma forma como é capaz de dançar um samba em ritmo de uma valsa de Strauss...

É assim o Vale do Itajaí, uma região tipicamente típica (perdoem a perissologia). O tipicismo é a sua tônica e esta consiste, paradoxalmente, na variedade de colorido, de paisagem humana, de belezas variegadas e atrações.

Só num aspecto há unanimidade: o homem do Vale é autêntico em sua grandeza e em suas decepções, em suas potencialidades e em suas resoluções, em suas carências e em seus rasgos de magnitude, em sua cólera e em sua mansidão, em sua perplexidade e em seus sonhos de contribuir para a grandeza de nossa terra.

Falta-lhe apenas o dramaturgo, o cenarista que lhe pesquise as multiplas riquezas, que as desvende, para que o resto do Brasil possa gozar a beleza dessas almas magníficas que povoam êste milagre edênico pôsto à margem do Itajaí-Açu.



A primeira visita pastoral de um bispo a Santa Catarina, aconteceu em 1814 quando Dom José Caetano da Silva Coutinho veio à então Capitania para proceder à visita canônica. Era bispo do Rio de Janeiro, a que S. Catarina estava jurisdicionada. A segunda visita pastoral a S. Catarina foi feita em 1845, por Dom Manoel de Monte Rodrigues que aproveitou a vinda do Imperador D. Pedro II para vir a esta então província.

serável, procurou-me choramingando, dizendo que o capinador, seu filho, fôra trancafiado na cadeia e pediu-me para interceder junto ao meu pai, que era prefeito e um dos poderosos chefes políticos, para conseguir do Delegado a sua liberdade. Prometi atende-la sem titubear e, em vez de conversar com o meu pai, resolvi procurar pessoalmente o Delegado, que, na época era o meu inesquecível amigo Tenente Antônio Joaquim de Azevedo. Não o encontrando em sua casa que ficava perto da firma, resolvi ir á antiga semi-arruinada cadeia na rua 7 de setembro. Felizmente o encontrei, sentado em seu gabinete simples e desconfortável. O simpático e enérgico Tenente Azevedo recebeu-me amavelmente, oferecendo-me uma cadeira de palha defronte á sua rústica mēsa e indagou o motivo da minha presença. Expliquei-lhe então (embora com palavras embaralhadas e trôpegas) a triste história do prēto e da angústia da sua velha mãe. Terminada a minha explanação o delegado ordenou, imediatamente, ao carcereiro a sua soltura, o que foi prontamente atendido, pois o seu delito não era grave. Pela janela lateral, pude observá-lo manquejando, livre e contente e subitamente lembrei-me da próxima alegria de sua infeliz mãe. Quando me virei para o Tenente Azevedo, este, entre admirado e sorridente, perguntou: - «Você parece estar chorando?». Eu nem havia percebido as lágrimas que me rolavam dos olhos e abaixei a cabeça envergonhado. Abraçou-me então e, carinhosamente ponderou: - «Não chores mais, pois está tudo arrumado e agora vai para casa, meu filho». Agradei-lhe emocionado e desejei-lhe um feliz e alegre natal.

Na hora da feliz noite de natal, envergando o meu terno novo, caprichosamente confeccionado pelo saudoso alfaiate Manéca Werner, entrei na vasta sala de festas, saturada pelo odor agradável das velas e do magestoso pinheirinho, lindamente enfeitado, para felicitar e entregar um modesto presente á minha querida mãe. Esta, vendo-me, com os seus lindos olhos verdes e húmidos, abraçou-me dizendo: - «Você hoje me deu o melhor presente de natal.» Retruquei-lhe: - «Mas se ainda não lhe dei nada?». Ela respondeu-me ternamente: - «Ora, não era necessário, só com tua caridade para com a velha mãe preta, libertando o seu filho, foi o meu melhor presente» e beijou-me ambas as faces. Foi realmente um natal feliz e inesquecível para mim.

Em junho de 1920, o saudoso Tenente Azevedo, meu grande admirador, voltou á Florianópolis e assim, infelizmente, perdi o seu contato.

Alguns anos mais tarde, em dezembro de 1924, voltei de São Paulo, onde permaneci um ano com o fito de «desembarçar-me» e aperfeiçoar os meus estudos. Ao tocar o porto de São Francisco, onde o vapor «Ana» permaneceu por várias horas, desembarquei para encontrar-me com um conhecido, afim de visitar a «tia» Bolinha, uma das irmãs do meu saudoso tio Gervásio Vieira. Eu estava chique e alinhado, de bengala e com um belo cravo branco na lapela, segundo a moda da época.

Ao demandar á rua principal da velha cidade, o meu amável

cicerone cutucou-me, perguntando se ainda me lembrava do Tenente Azevedo. «Naturalmente que sim, onde está? Quero cumprimenta-lo», respondi satisfeito. Depois de hesitar alguns minutos, o amigo me indicou a porta de uma casa estilo aportuguêsado, dizendo: - «Mora ali, mas, por favor, não vá visita-lo, pois está «tuberculoso em último grau» e é muito perigoso.» (Infelizmente, naquela época a tuberculose ainda era uma doença temida e incurável). Respondi que isto não me importava e que desejava visita-lo assim mesmo, para demonstrar-lhe a minha gratidão. Então caminhamos até a porta indicada e, antes de me anunciar, arranquei a flôr da lapela. Entramos por um corredor depois de sermos recebidos, com relutância, pala Da. Vicência, esposa do mesmo (Da. Quica como era conhecida na intimidade). Quando penetramos na sala de jantar, deparei, compungido com a dolorosa cena: - ali estava o Tenente Azevedo - moribundo, deitado no chão, num canto, em cima de uma camada de esteiras e cercado de caixotes vazios, que o isolavam completamente, transfigurado e arquejante. Reconheceu-me imediatamente, pois os seus olhos se dilataram e, dos seus labios crestados, balbuciou três vêzes, em pequenos intervalos, o meu primeiro nome. Respondi com algumas palavras confortadoras, porém com um nó na garganta. Não poude me controlar e as lagrimas incontidas rolaram livremente nas minhas faces.

Aconselhado por Da. Quica saí, depois de dar ao querido moribundo o meu derradeiro adeus. Retribuiu-me com um sorriso forçado, mas feliz.

Sempre acompanhado pelo prestimoso amigo, cheguei á casa de Da. Bolinha, que me recebeu carinhosamente, oferecendo-me uma farta ceia, que aceitei, apesar da minha completa apatia. Voltei à bordo do paquete «Ana», já na hora da partida e pernoitei no abafado camarote.

No dia seguinte, manhã linda e ensolarada, após o vapor atracar no trapiche Malburg, em Itajaí, desci e fui recepcionado por meus queridos pais e irmãos. Os humildes estivadores (todos meus conhecidos), quando me viram, sorriram de contentamento. Agradei-lhes com um fraternal «Alô»

Tomamos café e então relatei os principais fatos de S. Paulo. Depois subi para o meu acolhedor e saudoso quarto, onde deitei-me na cama, de costas, com os meus olhos absortos e enevoados. Mas, a minha querida mãe, perspicaz e amorosa, apareceu em seguida e sentou-se na cama, ao meu lado, pedindo-me aflitivamente para revelar-lhe a minha angustia. Com um aperto na garganta, contei-lhe a dramática situação do Tenente Azevedo e, quando terminei, a minha mãe, igualmente emocionada, deitou a sua cabeça no meu peito e juntos choramos.

CURRICULUM VITAE: - "1º Tenente ANTÔNIO JOAQUIM DE AZEVEDO, filho de Joaquim de Azevedo, nasceu na cidade de Florianópolis, em 30 de abril de 1886. A 12 de Novembro de 1907 foi incluído na

Polícia Militar na graduação de 2º. Sargento. Em 21 de Fevereiro de 1909, seguiu destacado para S. Francisco do Sul, onde permaneceu até Agosto. Em 9 de dezembro de 1909, seguiu destacado para Tubarão permanecendo até Novembro de 1910. Em 23 Abril de 1912, foi promovido à graduação de 1º. Sarg., sendo classificado Sargenteante de sua Companhia. Em 26 Out. 1912, seguiu com o Regimento para a cidade de Lages em diligência contra um bando de malfeitores e regressando à 21 Nov. à Capital. Em 14 Jan. 1913, foi promovido ao posto de Sargento Mestre. Em 14 Jan. 1915, seguiu em diligência a então Vila de Curitiba, afim de reunir-se as forças em operação de guerra, contra os fanáticos. Tomou parte no combate de Taquaraçú, sendo elogiado pelo Comandante e Chefe das Forças em Operação de Guerra:-pela dedicação e calma demonstrada no combate e ocupação em Taquaraçú e pela conduta em que houve enquanto permaneceu nas imediações do reduto, principalmente na tempestuosa noite de oito para nove passava em bivaque com abnegação e resistência, concorrendo assim para que tôdas as praças pudessem manter suas posições e pelo procedimento digno que demonstrou tanto nas marchas com as cargas e linhas de fogo. Em 9 Agos. 1915, foi promovido à graduação de Alferes. A 16 Agos. 1915, seguiu destacado para Canoinhas, sendo nomeado 1º. Suplente do Delegado da Polícia, sendo dispensado a 13 Jan. 1916, quando assumiu o cargo de Secretário Interno da P. M. A 16 de Jan. 1916, foi nomeado Del. da Polícia de São Joaquim, sendo dispensado em Jul. A 19 Agos 1916, foi nomeado Comandante Interino do Piquete de Cavalaria. Em 18 de Dez. 1919, foi nomeado Delegado de Polícia de Itajaí permanecendo até Jun. 1920. A 4 Abr. 1922, foi promovido ao posto de 1º. Tenente. Em 30 Abr. 1922, foi dispensado da comissão anterior e foi nomeado Delegado de Polícia de São Francisco do Sul, sendo dispensado em Jun. Em 17 Jul. 1922, foi classificado na Companhia de Herval D'Oeste. Em 21 de Fev. 1924, assumiu interinamente o Comando da Companhia. Em Maio reassumiu a Delegacia de São Francisco do Sul. Em 17 de maio de 1925, faleceu na cidade de S. Francisco do Sul no cargo de Delegado de Polícia. Era casado com Da. Vicência Vieira de Azevedo e não deixou descendentes. Foi contemporâneo dos Coronéis Trogilio de Melo Lopes Vieira e Januário Cortes."



O lugar em que assenta a atual cidade de Itajaí, á foz do Itajaí Açu, era conhecido por «Estaleiro», antes da fundação da cidade por Agostinho Alves Ramos. Êsse fato se prova com a escritura de doação feita por Coelho da Rocha de um terreno para a construção da capela (hoje matriz velha) na praça principal da cidade.

Ainda J. Brüggemann

E Os Seus Quadros

No número 6, de «Blumenau em Cadernos» publicamos um interessante artigo do historiador, prof. Oswaldo R. Cabral sôbre quadros do pintor Josef Brüggemann.

Temos, a respeito dêsse trabalho, recebido várias manifestações em cartas de leitores e colaboradores nossos, entre êstes do erudito pesquisador, Dr. Abeillard Barreto, do Rio de Janeiro e do historiador joinvillense, Dr. Carlos Ficker.

Êste último, em considerações muito oportunas e instrutivas, adianta algumas informações que merecem publicação, por trazerem importantes achegas à história dos discutidos quadros do desenhista e pintor alemão que, nos começos da segunda metade do século passado, estêve em S. Catarina e no Rio Grande do Sul.

Da carta do Dr. Carlos Ficker, recolhemos os seguintes esclarecimentos:

«As informações dadas por Arcy Brüggemann Pinto da Luz, registradas no artigo publicado pelo Pe. Raulino Reitz, em «Blumenau em Cadernos» (vol. IV,

pág. 185) não podem documentar o parentesco do dito senhor com o pintor, pois, só na Colônia Dona Francisca entraram duas famílias Brüggemann, a de Julius Christian Gustav Brüggemann em 27 de setembro de 1861 e a de Friedrich Brüggemann em 20 de outubro de 1860. Esta última família mudcu-se para Destêrro no ano seguinte (1861). Possivelmente êsse é o tronco da família Brüggemann em Florianópolis, não se podendo, entretanto, dar certeza a essa afirmação, sem maiores pesquisas.

O pintor Brüggemann fêz diversas cópias, réplicas do seu quadro panorâmico do Destêrro, com a finalidade de vendê-los. Uma dessas cópias existiu em poder do senador Estêves Júnior, em 1895, e foi publicada na «Revista Catharinense», Ano I, n.º. 1, dêsse ano. (Por onde andarâ, hoje, essa cópia?)».

O Dr. Ficker informa «possuir fotografias de todos os quadros até hoje descobertos. O quadro do senador Estêves Júnior não consta da parte dessa coleção, pois, possivelmente, se trata de mais uma cópia. Poderia, talvez, tratar-se do que existe no Mu-

seu Imperial de Petrópolis.”

Quanto ao quadro de Brusque, é opinião do Dr. Ficker tratar-se, sem dúvida, de um quadro atualizado em época posterior, de 1866 a 1877, como demonstrou o Prof. Oswaldo Cabral, fazendo interessantes observações sobre a data, comparando com as telas as faces dos prédios de 1866 a 1895. Não há dúvida que o quadro de Brusque, no Museu D. Joaquim, é de época mais recente e posterior a 1895, adianta o nosso missivista. Somente com exames cromático e químico das tintas e e outros, poder-se-á obter a prova se essa tela foi pintada antes de 1895 e depois atualizada, ou pintada posteriormente a 1895. No último caso não se tratará de uma pintura de Brüggemann e, sim, de uma cópia do mesmo motivo e do mesmo ângulo, de Florianópolis.

Estranha o Dr. Ficker que, tendo o Prof. Edson Motta, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional restaurado o quadro de Brusque, em 1961, não tivesse fornecido a data da obra renovada.

O nosso missivista manifesta opinião de que não se trata, nesse caso, de um quadro de Brüggemann e, sim, cópia posterior por um amador mais primitivo na execução que aquele artista.

Dois tópicos mereceram um interesse especial do Dr. Ficker: a afirmativa de que o Dr. Hermann Blumenau teria CONVIDADO Josef Brüggemann para retratar e pintar aspectos da Colônia Blumenau e a informação do

ilustre Padre Reitz a respeito da permanência do artista alemão no Brasil, de 1866 a 1867, o que combina, apenas, com as datas nos dois quadros assinados por Brüggemann.

Acontece, adianta o historiador joinvillense, que o quadro da «Vista de Blumenau» atribuído a Brüggemann - anos atrás aproveitado para capa de «Blumenau em Cadernos» - apareceu pela primeira vez impresso no livro de J. Hoermeyer, «ANSIEDLERLEBEN IN SÜD BRASILIEN», edição de 1865. A ilustração de Blumenau traz o seguinte esclarecimento: «Blumenau in Jahre 1864». Lógicamente que o desenho foi feito nessa data ou, quando antes, em 1863, sabendo-se que este desenho foi reproduzido em xilogravura (ainda não se conhecia, então, a indústria do clichê fotográfico) por Roberto Kretschmer, famoso xilógrafo alemão daquela época. (Convém notar não se tratar de Eduard, irmão mais velho de Robert e também conhecido xilógrafo). Na estampa de Blumenau encontra-se, à esquerda e embaixo, as iniciais R. K., de Robert Kretschmer.

«O mesmo» - é ainda o Dr. Ficker quem informa; «acontece com o desenho da catedral de Destêrro com anotações do Dr. Blumenau, publicado no Tomo VIII, pág. 216, dos «Cadernos».

Como se sabe, o ministro suíço J. J. von Tschudi visitou Blumenau e também a capital da Província, Destêrro, em 1861. A sua obra «Reisen durch Süd-amerika» foi publicada a partir de 1866 com o primeiro volume, e em 1867 o 3º. volume em

que narra a Viagem a S. Catarina e ás Colônias Alemãs.

Acontece que Tschudi escreveu os cinco volumes da sua obra em princípios de 1865, aproveitando também informações recebidas depois de sua viagem, até julho de 1864 em forma de cartas e dados recebidos por amigos seus no Brasil. Isso se confirma pelos dados estatísticos, com datas do aparecimento da obra. Em princípios de 1866 e durante o verão, Tschudi terminou um tabalho: «Verzeichnis Mittel und Südamerikanischer Volksnamen von Pflanzen». («Glosário dos nomes vulgares de plantas latino-americanas»), que não chegou a ser publicado devido às excessivas ocupações do autor, em outros setôres políticos.

A grande obra de Tschudi, «Reisen durch Süd-Amerika» é ricamente ilustrada com xilogravuras e, no 3º. volume, em que se refere a Santa Catarina, aparecem, além de outras gravuras, duas estarpas do Destêrro antigo: uma vista panorâmica da capital da Provincia, exatamente do mesmo local em que foi pintada a tela de J. Brüggemann e outra ilustração da Catedral de Destêrro, igual ao desenho de Brüggemann, com as anotações do Dr. Blumenau e hoje no Arquivo Histórico de Blumenau. As duas xilogravuras são absolutamente idênticas aos quadros de Brüggemann. Indiscutivelmente, Tschudi aproveitou-se do desenho da Catedral e do panorama do Destêrro do pintor J. Brüggemann e, pela data do livro de Tschudi, os desenhos foram feitos antes de julho de 1864.

Comprova essa afirmação também a vista de Blumenau

publicada no livro de Hoermeyer, de 1864, segundo expressa o texto da xilogravura, cujo desenho é atribuído a Brüggemann.

Há, ainda, na carta do Dr. Ficker, mais êsses detalhes relacionados com os quadros de Brüggemann. O Dr. Ficker possui duas litografias de Schwarzer & Rohlacher, sendo uma vista panorâmica do Destêrro, a outra com três vistas: uma panorâmica da cidade, outra do mercado e Menino Deus e a terceira da Praça com a catedral. Da primeira foi publicado um clichê no livro «História de Joinville». A da praça com a catedral mostra um detalhe interessante. Na cópia de xilogravura existente no Arquivo Histórico de Blumenau, o Dr. Blumenau anotou, de próprio punho, a existência de duas palmeiras e dois pés de casuarina, aliás claramente identificáveis na xilogravura original e também na reprodução do livro de Tschudi. E na litografia de Schwartz & Rohlacher (que afinal é copiada do desenho de Brüggemann, somente existem as duas palmeiras.) As casuarinas desapareceram. Aparentemente, as duas litogravuras são de época posterior (diferença de alguns anos) o que não deixa de ser lógico. As litogravuras de Schwartz & Rohlacher foram feitas em 1867. Sôbre essa data não há dúvidas, pois foram oferecidas à venda pelo livreiro joinvillense, Guilherme Auler, pelo preço de 1\$500 o exemplar, anunciadas no «Colonie Zeitung» daquêle ano.

Como se vê - termina o Dr. Ficker a sua interessante carta - encontramos um desenvolvimento cronológico, desde os desenhos de

Brüggemann até as xilogravuras feitas na Alemanha e, finalmente, as litogravuras de Schwarzer & Rohlacher.

Sobre este mesmo assunto, o erudito pesquisador, Dr. Abeillard Barreto, ex-diretor da Biblioteca da Cidade de Rio-Grande, dá-nos, em carta particular, estes dados que tomamos a liberdade de aproveitar, nesta página, como mais algumas achêgas à história de Brüggemann e seus quadros: «Vou escrever, novamente, ao dr. Cabral, em face do seu excelente artigo sobre o «Brüggemann», no seu bem cuidado «Blumenau em Cadernos». É que, conforme as págs. 352/3 das «Artes Plásticas No Rio Grande do Sul», por Athos Damasceno Ferreira, recentemente publicado pela Livraria do Globo, o «Brüggemann» que esteve no Rio Grande do Sul e que assinava as litografias só com o sobrenome foi efetivamente o Josef, que lá apareceu em 1868 e de onde se retirou (ou morreu lá?) em 1872. Isto me leva a

crer que efetivamente as «vistas» de Pôrto Alegre e Rio Grande, dessa época, sejam dêle, pela identidade dos motivos de primeiro plano: uma ilha, com vegetação (uma ilha ou uma ponta de terra?), pessoas etc. e o panorama completo em segundo, tal como os óleos do Destêrro!»

«Ali aparece um dado novo a respeito, o qual, embora não signifique ser êle outro não constante no Bénézit e não ser natural de Stralsund, Pomerânia, dá uma pista nova, que já tratei de explorar, escrevendo a respeito. Com efeito, ali o Athos transcreve uma notícia da «Reforma», de Pôrto Alegre, a qual referindo-se às novas instalações da litografia de Wiedemann & Siqueira (de onde saíram as «Vistas» de Pôrto Alegre e Rio Grande) cita especificamente o Josef Brüggemann, entre outros, como os artistas daquela oficina, agregando que êle seria «ex-professor da Academia de Belas Artes de Copenhague».



— BLUMENAU EM CADERNOS —

Fundação e direção de J. Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

— Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 10,00 —

Caixa Postal, 425 - 89100 - BLUMENAU - Santa Catarina - Brasil

comissão executiva do Clube Emanuel Pereira Liberato, Manuel Antônio Fontes, Carlos Serino Müller e Júlio Sales. Da eleição que entre si fizeram, a diretoria ficou assim composta: Presidente, Emanuel Pereira Liberato; Vice-presidente, Manuel Antônio Fontes; Secretário, Júlio Sales; Tesoureiro e segundo Secretário, Carlos Serino Müller.

Constavam ainda no registro dos republicanos residentes no município de Itajaí, além daquêles sócios fundadores, o nome de Pedro Lopes de Melo e o de José Pedro de Azeredo Leão Coutinho.

Antes mesmo da fundação do Clube já compareciam às eleições cinco eleitores republicanos, e conhecidos são apenas os nomes de quatro: Emanuel Pereira Liberato, Manoel Antônio Fontes, José Inácio da Silva e Policarpo Gonçalves Ribeiro.

Em 22 de novembro de 1887, realiza-se uma segunda reunião do Clube, quando a Diretoria resolveu propôr à Comissão Executiva de Destêrro uma chapa de oito nomes para pleitear eleição à Assemblêia Provincial. Tal chapa estava assim composta: Manoel Correia de Freitas, proprietário; Raulino Júlio Horn, negociante; Raimundo Antônio de Faria, negociante; Manoel Anastácio Pereira, agricultor; Manuel Antônio Fontes, negociante; Emanuel Pereira Liberato, negociante; Vitorino Baccelar, negociante e Antônio Lopes de Melo, proprietário.

A terceira reunião realizou-se a 22 de dezembro de 1889. Agora com a república já em plena vigência, a reunião teve lugar no edificio da Câmara Municipal. A ela compareceram: Emanuel Pereira Liberato, Manuel Antônio Fontes, Júlio Sales, Carlos Serino Müller, Ludovino José d'Ávila (funcionário da municipalidade), Dr. Pedro Ferreira e Silva, Carlos Frederico Seára, João Manoel da Silveira, Petronilho Dias Corrêa, Antônio José d'Ávila, Joaquim José da Silva, Bento José da Cunha, Eduardo Dias de Miranda, Francisco José da Silva, José Mariano Chacon, João Lopes Fagundes de Azevedo, Justino José de Souza e Silva, Lourenço de Souza Rochadel, Antônio José Schneider, Eugenio Luis Müller, Vitor Pedarrez, Mario Pereira Liberato, Manuel Agostinho Demoro, Manuel Corrêa de Melo, Geraldo Pereira Gonçalves, Manuel Fernandes Vieira, Sérgio Leopoldino de Miranda, Manoel dos Santos Lostada, Eduardo Rodrigues de Oliveira, Manuel Maria do Couto, Saturnino Esteves dos Anjos, José Inácio da Silva Júnior, Manuel Claudino de Freitas, José Viegas de Amorim, José Faustino Gomes e José Francisco do Nascimento.

2. E VEIO A REPÚBLICA ...

Eleito presidente da Câmara para o quadriênio 1887-1890, Nicolau Malburg não o completou devido á queda do regime monárquico.

Embora esperada, a instauração da República, estando ainda vivo o Imperadr D. Pedro II, foi uma surprêsa para a gente itajaiense. Tão logo se soube da nova o povo e os políticos á frente acorreram á

praça a viver a República. As autoridades municipais, no entanto, resolveram esperar notícias mais esclarecedoras.

Confirmada a posse na capital do Estado de uma Junta Republicana, composta do Cel. Rêgo Barros, do Dr. Alexandre Bayma e de Raulino Júlio Adolfo Horn, a Câmara Municipal em sessão solene realizada a 26 de novembro adere à nova forma de governo e telegrafia a autoridade do Destêrro, comunicando da sua decisão.

Para dar mostras da sua verdadeira adesão à República a Câmara Municipal tratou de arrancar as placas das vias públicas com os nomes de Pedro II, Conde D'Eu, etc., e substituí-las por outras que lembrassem personalidades e datas significativas, sem quaisquer ligações com a Monarquia.

A notícia de que Deodoro havia nomeado a 24 de novembro, Lauro Müller, governador do Estado, foi recebida em Itajaí com manifesta simpatia. Tardou, entretanto, a nomeação de novas autoridades municipais. Enfim, a 7 de janeiro de 1890 o governador dissolve a antiga Câmara e nomeia novos cidadãos para o Conselho de Intendência Municipal: Emanuel Pereira Liberato, Dr. Pedro Ferreira e Silva, Geraldo Pereira Gonçalves, Manoel Antônio Fontes, João Pinto d'Amaral, Jacob Heusi e Olympio Aniceto da Cunha.

A posse dos novos conselheiros se deu a 18 do mesmo mês, um sábado, com dobrados festivos e a presença de grande massa popular. Neste mesmo dia foi exibida pela primeira vez a nova bandeira republicana e o Dr. Pedro Ferreira explicou ao povo, reunido em frente ao Paço Municipal, a significação do verde, do amarelo, do azul, das estrêlas e do distico positivista: «Ordem e Progresso».

Em 26 de julho, por ato do governo estadual, é nomeado o primeiro Intendente Municipal republicano - Guilherme Müller - e empossado a 4 de agosto, perante o Conselho Municipal solenemente reunido. Licenciando-se logo após o Intendente, substitui-o o conselheiro João Pinto d'Amaral, até que a 9 de setembro é nomeado por Lauro Müller o cidadão Álvaro Rodrigues da Costa. Nesta mesma data o Dr. Pedro Ferreira e Silva é designado para as funções de presidente do Conselho Municipal de Intendência.

3. AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES REPUBLICANAS

Instaurada a República, os seus líderes dão o primeiro passo para institucionalizá-la: convocam as eleições para o Congresso Constituinte Federal. Da eleição que se realizou a 27 de setembro de 1890, saem eleitos Luiz Delfino e Esteves Júnior, para o Senado. Lauro Müller, Felipe Schmidt, Carlos Augusto de Campos e Lacerda Coutinho são eleitos deputados federais.

Como preceituava a Constituição promulgada a 24 de fevereiro

de 1891, no mês seguinte se realizam as eleições para o Congresso Constituinte do Estado. Por Itajai é eleito o Dr. Pedro Ferreira, amigo de Lauro e médico de grande humanidade.

Das eleições municipais saem eleitos para Superintendente Municipal o Cel. Eugênio Luiz Müller - irmão de Lauro Müller - e para Conselheiros: Dr. Pedro Ferreira e Silva, Manoel Antônio Fontes, Geraldo Pereira Gonçalves, Antônio Pereira Liberato, Pedro Bauer, Nicolau Malburg e Donato Gonçalves da Luz.

Radicalizavam-se cada vez mais as posições políticas, delineando-se no horizonte a borrasca federalista!...

BLUMENAU E A SUA IMPRENSA

CIV

«MENSAGEIRO ARTEX»

A exemplo de outras grandes indústrias locais, empregados da Fábrica de Artefatos Têxteis ARTEX S/A., decidiram criar um periódico de circulação interna. «Impunha-se, dizia o artigo de apresentação, «que a ARTEX - firma que pelo seu notável desenvolvimento alcança hoje lugar de relêvo no parque fabril do país - tivesse também, ao lado de tantas outras igualmente importantes, um órgão de divulgação e intercâmbio de idéias dos seus integrantes, proporcionando-lhes outrossim, informações amenas e úteis e noticiário variado.»

O primeiro número, mimeografado, formato 22 x 31,5cm, surgiu em janeiro de 1964 sob a coordenação de Hélio B. Fontes, com 12 páginas. Matéria muito variada, dividida em diversas secções: «Cantinho feminino», «Sociais», «Página esportiva», «coquetel» etc.

O segundo número, também com 12 páginas, ainda aparece mimeografado mas já, do 3º em diante, surge muito bem impresso, em ótimo papel, com 8 páginas e ilustrações. Com muita regularidade na sua publicação e sempre sob a mesma coordenação geral, o periódico é publicado até o nº 6. O sétimo mostra-se com o título um tanto modificado e como redator responsável na pessoa de Honésio Girardi. Ampliando as várias secções, apresentando outras, com matérias muito interessantes e diversificadas, com tiragem de 1.200 exemplares, o jornalzinho tornou-se realmente, de grande utilidade e o seu aparecimento sempre aguardado com ansiedade pela família artexiana. Como assis-

tentes de redação aparecem Walter Puhlmann, Pedro Pozzi e Israel Sartinini e como assíduos colaboradores G. Kahrbeck, Ingomar Schulz, Marilde Rodrigues, Miriam Kloch, Vitor dos Santos, Egon Santos, Ruy Maienberg, Adolfo Pereira, Ermelindo Bugmann, Hernani Wenning e Hélio Fontes. Com o correr do tempo outros colaboradores tornaram-se assíduos nas colunas do mensário, como Rosaly Sombrio, Maria Bagátoli, G. Kaestner, Matilde Amim, Marga Buhr, Adhemar Junkers.

Em janeiro de 1965 publica um suplemento de 4 páginas exclusivamente dedicado ao noticiário do incêndio verificado em 27 de dezembro anterior, no depósito de produtos acabados da «Artex», com muitas fotografias do sinistro e suas consequências. A tiragem sobe para 1.800 exemplares mensais. Desde o início da publicação dirigiu a parte artística Celso Gauche e H. Busarello, com Álido Trentini e Marga Buhr no departamento de circulação. Celso Gauche cede lugar a Roberto Sombrio de março de 1968 em diante.

Com o nº 8, do V Ano (Agosto de 1968) deixa a redação Honésio Girardi, permanecendo os redatores auxiliares Adhemar Junkers e G. Krahmbeck, que passam, pouco depois a redatores, desaparecendo do «Expediente» os nomes dos diretores artísticos. Com o nº 5, há nova mudança no corpo de redatores que passam a ser Adhemar Junkers, Nelson França, e Vitor de Pin, entrando como revisor Orlando Mello. Este permanece em nova alteração verificada em outubro de 1969 quando a redação é entregue ao Centro de Treinamento e Assistência Social. A circulação passa a ser feita pela portaria da fábrica.

«Mensageiro Artex» já no seu oitavo ano de vida, continua a sua utilíssima e benfazeja missão, servindo de poderoso instrumento de comunicação entre os operários da Artex e entre eles e os seus dirigentes.

CV

“O APRENDIZ”

Em junho de 1965 os alunos da Escola do Senai, de Blumenau, deram à publicação um pequeno jornal com 4 páginas e no formato de 24 x 33cm. Redator responsável João A. Alexandre. Feito para adolescentes, foi um jornalzinho modesto e de modestas pretensões literárias mas, mesmo assim, de evidente utilidade. Trazia farta colaboração dos alunos sobre os mais variados assuntos, desde os de ordem técnica às piadas sobre os alunos e professores do estabelecimento, anedotas, citações, charadas, etc. Com o número 1 do II ano (1966) o corpo redatorial passa a ser constituído por Jorge Severino, Rubens Gool, Deusdit de Souza e Francisco Boos, sendo redator-chefe Waldemar Rodes. Com o número 4, permaneceu no corpo redatorial apenas Deusdit de Souza e Antônio Gomes de Souza. Este passa a ser redator-chefe do nº 5 em diante. No primeiro semestre do terceiro ano de publicidade, Gilberto Tasca passa a ser redator, cedendo, depois, o lugar a outros alunos:

Walmor Pereira, René Huewes, Flávio Tribess e Ralf Annuseck, Lúcio Oliveira, Orivaldo Corrêa, Luiz Santiago. Nos últimos tempos de sua existência o «Aprendiz» já não aparecia com a regularidade prometida. O derradeiro número publicado foi o nº 1 do ano V, relativo a fevereiro/agosto de 1969, redatoriado por Udo Schroeder, auxiliado por Cláudio Klein e depois de quase cinco meses de ausência.

Foi realmente pena o desaparecimento desse periódico que tantos momentos de alegria, de esperança e tantos incentivos proporcionou aos jovens estudantes da Escola do Senai.

CVI

“A OPINIÃO”

Gervásio Luz e Alroino B. Eble dão à publicidade, em agosto de 1965, um jornalzinho de feição moderna e com interessantes colaborações, de Dário Deschamps, Tessaleno de Moraes, Gabe e Bartolomeu Hess, além de poesias e prosas do próprio Eble, citações e noticiário do movimento literário e jornalístico catarinense. O segundo número de «A Opinião» aparece em outubro do mesmo ano, com outros colaboradores entre eles Alonso Wolf, Alceu Longo, Marco Schroeder, Edson Müller, Karsten Flôr e Érico Max Müller, para mais de artigos e notas dos próprios editôres. Entretanto, apesar dos prognósticos e da boa vontade de seus jovens editôres, o jornal não passou do segundo número. Formato 24,5 x 32,5cm; com 8 páginas.



Henrique Pedro Zimmermann

Desde fevereiro de 1968, até recentemente, os leitores de «Blumenau em Cadernos» vinham se deliciando, mensalmente, com interessantes crônicas de Henrique P. Zimmermann, sob a epígrafe de «Reminiscências».

Versando, geralmente, assuntos ligados à sua meninice e mocidade em Gaspar, Zimmermann contava, nessas crônicas, pitorescos episódios por êle vividos e que sempre agradavam pela maneira simples com que eram narrados.

Depois de três anos de quase ininterrupta colaboração, eis que, de repente, e quando eram esperadas ainda muitas outras crônicas a continuarem a já longa série, desapareceu os escritos de Zimmermann das páginas desta publicação.

É que o seu autor deixara de existir, falecendo repentinamente em pôrto União, deixando aberta uma lacuna dificilmente preenchível.

Zimmermann era natural da freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar, então segundo distrito de Blumenau. Nascido a 31 de março de 1900, descendia de velhos colonos fundadores de São Pedro de Alcântara e que, já por volta de 1835 vieram para as margens do Itajaí Açu.

Frequentou a escola paroquial do seu povoado natal, passando, depois, para o Ginásio Santo Antônio, em Blumenau e para o Catarinense, de Florianópolis. Completando o curso, ocupou vários cargos, como escriturário na Embaixada Brasileira em Montevidéu e na Secretaria da Fazenda do governo catarinense.

Em 1926 seguiu para Curitiba onde se dedicou ao magistério, lecionando alemão na Universidade do Paraná e várias outras matérias no Colégio Bom Jesus, dos Padres Franciscanos. De 1929 a 1933 foi funcionário do Consulado Alemão da Capital paranaense, trabalhando, ao mesmo tempo, como um dos redatores do jornal «Der Kompass».

Por motivo de doença teve que deixar essas atividades, passando a residir em Joaquim Távora, no norte paranaense, onde adquiriu um sítio, dedicando-se à lavoura.

O Interventor Manoel Ribas então nomeou-o Prefeito Municipal de Joaquim Távora, permanecendo nesse cargo de 1942 a 1945, fazendo uma administração digna de nota, pois, além de ter construído a sede da administração municipal, uma nova Delegacia de Polícia, o edifício do Ginásio Estadual, conseguiu a vinda, para a sede do município, de Irmãs de Caridade que ali abriram um curso ginásial.

Tendo sido, naquela época, criada a Comarca de Joaquim Távora, Henrique Zimmermann foi nomeado seu primeiro Juiz de Direito, embora não tivesse curso Jurídico.

Cessadas as razões que o retinham fora de Curitiba, Zimmermann regressou à capital paranaense, onde foi um dos fundadores da «Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica» e do Instituto Teuto-Brasileiro de Cultura, de que foi diretor até o fim de sua vida e a que deu extraordinária eficiência e inegável prestígio, tornando-o um verdadeiro elo cultural entre o Brasil e a Alemanha.

Pelos serviços prestados nesse setor, o governo da República Federal da Alemanha não apenas premiou Henrique Zimmermann com uma viagem à pátria de seus ancestrais como condecorou-o com a Comenda da Ordem do Mérito, no grau de oficial.

Seus profundos conhecimentos de sociologia deram-lhe renome e são muitos os artigos que, a respeito, publicou nos jornais e revistas do Brasil e do exterior.

Foi casado com Alice Arantes Zimmermann com quem teve dois filhos: o Dr. Ari Zimmermann, advogado, e Maria de Lourdes, casada com o juiz Dr. Dilmir Inácio Kessler.

Henrique Zimmermann faleceu repentinamente em Pôrto União.

«Blumenau em Cadernos» que, por vários anos, honrou-se em publicar as «Reminiscências» de Henrique Zimmermann, instruindo

e divertindo os nossos leitores com interessantes passagens dos seus anos de infância e os dos seus contemporâneos, presta, nesta página, uma sentida homenagem à memória do seu prestimoso e inteligente colaborador.

— UMA INTERESSANTE MISSIVA —

As investigações em tórno dos problemas sociológicos não são de hoje. A carta que publicamos a seguir focaliza um aspecto das relações entre os «caboclos» catarinenses e os imigrantes que, nos meados do século passado deram início à colonização do hinterland barriga-verde.

Escreveu-a o primeiro professor público de Blumenau, Ferdinando Ostermann, com constantes referências nestes «Cadernos», ao seu pai, na Alemanha.

Está datada de 1855 e foi publicada no nº 24, de 16 de junho daquele ano no «Kolonist», da Suíça, e de que o nosso prezado colaborador, Dr. Carlos Ficker, de Joinville, gentilmente nos mandou cópia.

A tradução é da nossa redação.

Sôbre as relações entre os brasileiros e os colonos alemães, manifesta-se o professor Ostermann numa carta dirigida a seu pai e que nós reproduzimos do «Hamburger Zeitung für deutsche Auswanderung und Kolonisationsangelegenheiten» («Jornal de Hamburgo para os assuntos de emigração e colonização alemãs»):

«Quando nós, alemães, entramos em contato com os brasileiros, no trato rotineiro os mesmos mostram-se, com raríssimas exceções, afáveis, cordiais, prestativos e obsequiosos para conosco. E, se os visitamos em suas casas, geralmente não sabem o que fazer para nos agradarem, principalmente se nos expressarmos no seu idioma, o que muito os agrada, pois são muito conversadores e muito orgulhosos da sua língua que acham a mais bonita do mundo.

Quase sempre o brasileiro, por mais pobre, simples e ignorante que seja, mantém uma atitude cavalheiresca para com o estrangeiro, e forma, muitas vezes, um contraste muito cômico quando se compara o seu aspecto exterior com as suas maneiras educadas.

Os cabelos compridos e negros caem-lhe em desalinho, despendeados, ao redor da cabeça e a vestimenta resume-se numa bela camisa de algodão, branca, e um par de calças, também de algodão' com ligeiras listas.

Trazem, geralmente, à cabeça, um chapéu, de feltro, ou de palha. Cavalgam com a mesma indumentária, apenas com o ridículo acréscimo de uma espora num dos pés descalços.

O brasileiro é sempre gentleman e a gente pode conviver com êle muito bem, desde que se não o trate com grosseria ou brutalidade. Infelizmente nem sempre isso sucede com os alemães.

O imigrante recém chegado vê no brasileiro um subdesen-

volvido, considerando-se a si próprio um salvador do Novo Mundo e que êste só o estava esperando para tomar o impulso do seu desenvolvimento.

Orgulhoso e arrogante êle olha com pena não só os brasileiros, mas também aos seus próprios patricios alemães aqui chegados antes dêle e que lhe facilitaram a tarefa de sua adaptação.

Mas isso vai até que toma na cabeça e põe de lado colarinho alto e engomado com que chegou aqui.

O pior mesmo é que o alemão recém chegado não entende português e o brasileiro não fala alemão; êste último, notando os ares presunçosos dos recém chegados sente-se constrangido, afasta-se do alemão, ou procura desferrar-se na primeira oportunidade.

Muitos dos brasileiros, que moram perto de colonos alemães procuram vender suas terras para mudarem-se para outros distritos, ainda não atingidos pela colonização alemã.

Eu, de minha parte, que agora entendo bem o português e que até já sou cidadão naturalizado, dou-me muito bem com êles e não me lembro de um único exemplo de que fôsse tratado com descortesia ou atrevimento. Sempre que me encontro com êles, tratam-me com educação e cordialidade.

Apesar disso, brasileiros e alemães têm o mesmo direito perante a lei. O alemão, como o brasileiro, é inteiramente rei e dono do seu imóvel, sôbre o qual, por enquanto, não paga impôsto algum.

O alemão, como o brasileiro, pode, livremente, pescar nos rios e na costa do mar, assim como caçar nos matos imensos e pode, livremente, exercer o seu ofício, sem constrangimentos nem pagamento de direitos.

Se um alemão não naturalizado quizer abrir uma casa de negócio, ou um hotel, pode fazê-lo. Não sei dizer, porém, se pagará impostos por isso ou não. Acredito, entretanto, que não.

Sòmente brasileiros natos, ou estrangeiros naturalizados, poderão carregar e despachar navios próprios.

No fôro, poderá acontecer que a sentença seja mais favorável aos naturais do país que aos estrangeiros, o que não é de admirar porque tais casos acontecem em todos os países (como conheço muitos exemplos na América do Norte) e até mesmo naqueles estados alemães que conquistaram fama de grandes justiceiros. (Deixo de referir-me a que país mais se comete injustiças, se na Europa ou no Brasil).

Um colono alemão naturalizado tem os mesmos direitos políticos que o brasileiro nato; pode e deve participar das eleições, votar e ser votado, participar de júris, ser funcionário público até nos mais elevados postos. Tem, entretanto, que prestar serviço militar quando fôr convocado pelos superiores. Funcionários estaduais estão isentos do serviço militar».



CELESC

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

SETOR BLUMENAU - C. Postal, 27 - Al. Duque de Caxias, 63 - Teleg.: SETORCELESC
SANTA CATARINA

**Distribuidora Catarinense
de Tecidos S/A.**

Rua XV de Novembro, 25 — Caixa Postal, 157

Telegramas: «DISTRIBUIDORA»

Fones: 22-0825 e 22-0827

BLUMENAU - S. C.

Tecidos e Artefatos das Melhores Fábricas Têxteis do País

Vendas Sòmente Por Atacado